



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Salvador, 04 de abril de 2014.

OFÍCIO GASEC/CG N.º 128/2014

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça
Número: 003.0.64304/2014 Original
Data: 7/4/2014 Hora: 15:16
Qt. Vol.: Recebido por: sidney

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. GEDER LUIZ ROCHA GOMES
Procurador-Geral de Justiça Adjunta para Assuntos Jurídicos
NESTA

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça Adjunto,

Com os nossos cordiais cumprimentos, de ordem do Senhor Secretário da Fazenda, estamos encaminhando uma via original do Acordo de Convênio de Cooperação Técnica - Crimes Contra Ordem Tributária, celebrado entre o Estado da Bahia, por intermédio dessa Procuradoria e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, bem como cópia do extrato publicado no Diário Oficial do Estado do dia 04/04/2014.

Atenciosamente,


ADRIANO CHAGAS
Chefe de Gabinete



DESPACHO

- Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Contratos e Convênios, para conhecimento e adoção das providências necessárias.

Em 09/04/2014.


GEDER LUIZ ROCHA GOMES
Procurador-Geral de Justiça Adjunto
Para Assuntos Jurídicos

(Ato de Delegação nº 24/2014, publicado no DJe de 17/03/2014)

EDITAL Nº 01/2014

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Riachão do Jacuípe-BA, por intermédio de sua Promotora de Justiça sub assina-da, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com disposto no art. 10, §1º, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como os art. 23, I, e art. 26, §§2º e 4º, ambos da Resolução nº 06/2009 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do MP-BA, comunica a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e, especialmente aos interessados no fato, inclusive para efeito de eventual apresentação de razões escritas ou juntada de documentos, que foi promovido o arquivamento do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 720.0.37987/2011, referente ao comércio de produtos derivados do leite impróprios para consumo, cujos autos serão submetidos à apreciação e homologação pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei.

Riachão do Jacuípe, em 23 de abril de 2014.

Analízia Freitas César Júnior
Promotora de Justiça

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INQUÉRITO CIVIL

EDITAL Nº01/2014

A 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité com atuação na área da Infância e Juventude, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao comando do art. 9º da RESOLUÇÃO nº 23/2007, do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, COMUNICA aos interessados a PRORROGAÇÃO do prazo de conclusão pelo período de um ano, do Inquérito Civil nº 003.0.78841/2012, considerando que ainda restam diligências a serem realizadas.

Salvador, 04 de abril de 2014.

Tiago Alves Pacheco
Promotor de Justiça

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Adesão de Voluntário

Nome	Lotação	Início	Término
Ana Luísa Pereira Almeida	Itabuna	29/04/2014	28/04/2015

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL - CONTRATO Nº 023/2014- SGA

Processo: 003.0.49698/2014 - Dispensa nº 021/2014.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Comercial de Estivas Grande Rio Ltda- Me, CNPJ 86.784.006/0001-12.

Objeto: Fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrações fabricados em embalagem de polipropileno, transparente, tampa de pressão e lacre, com capacidade para 20 (vinte) litros, devidamente higienizados, acopláveis a bebedouros elétricos, para atender à Promotoria de Justiça Regional de Paulo Afonso - Ba.

Valor unitário (garração): R\$ 9,85 (nove reais e oitenta e cinco centavos).

Valor global anual Máximo (220 garrações): R\$ 2.167,00 (dois mil cento e oitenta e sete reais).

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40:101.0003 - Fonte 100 - Ação 03.122.503.2000 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.30.

Prazo de vigência: 12 meses, a começar em 01 de abril de 2014 e a terminar em 31 de março de 2015, ficando acordado, que considerar-se-á extinto o quantitativo máximo anula estimado no item 4.2 venha a ser alcançado antecipadamente.

*Replicado por haver incorreções

RESUMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 003.0.64304/2014.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia e da Procuradoria Geral do Estado.

Objeto: Propiciar a atuação conjunta e coordenada de cada um dos seus signatários, visando dar agilidade e efetividade na investigação e persecução dos crimes contra a ordem tributária, especialmente na aplicação da lei federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990.

Vigência: 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura.